

CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS
12	

0
0
0
~
Ш

3	
M	
7	
_	

PROJETO DE LEI Nº

AUTOR:
(DO SR. OLIVEIRA FILHO)

EMENTA: Dispõe sobre incentivo fiscal a contribuinte aposentado.

DESPACHO: 10/08/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.859, DE 1997.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 15 / 09 / 99

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO DATA/ENTRADA
/ /
/ /
/ /
/ /

F	PRAZO DE EMENDAS	5
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1

e:			
Em:	1	1	
te:			
Em:	1	1	
le:			
Em:	1	1	-
te:			
Em:	1	1	
te:			
Em:	1	1	
te:			
Em:	1	1	
te:			
Em:	1	1	
te:			
Em:	1	1	
11 11	te: Em: te: Em: te: Em: te: Em: te: Em:	Em: / te: Em: /	Em: / / te: Em: / /

DCM 3.17.07.003-7 (ABR/99)

CAMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 1.433, DE 1999 (DO SR. OLIVEIRA FILHO)

Dispõe sobre incentivo fiscal a contribuinte aposentado.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 3.859, DE 1997.)

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º - São isentos do Imposto de renda os rendimentos referentes a imóvel, auferidos por proprietário, contribuinte aposentado.

Parágrafo Único – A isenção disposta do <u>caput</u> aplica-se apenas a contribuinte que possua tão só um imóvel para locação, além de um outro no qual resida, cuja renda não ultrapasse a dez salários mínimos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É pública e notória a situação de penúria, para não dizer quase-miséria em que se encontra a maioria da população deste País. Aliás, ostentamos o título nada encorajador de nação em que se dá uma das piores – se não a pior – distribuição de renda do mundo.





Para piorar a situação, estamos em plena crise econômico-financeira, com indices de desemprego crescente, aliado a ameaça de retorno da inflação.

Nesse quadro de sofrimento, há categorias sociais que mais e que menos sofrem. (porque todas sofrem). Talvez, entre as que mais sofram, esteja a dos aposentados, em geral todos já na terceira idade.

Sofrem por doenças, sofrem por velhice, consequentemente sofrem discriminação, maus tratos, sofre também pela proximidade da morte e, ressalte-se sofrem por serem obrigados a se sustentar com rendimentos minguados, que mal dão, para um mínimo de vida digna para si e suas famílias.

Sendo as aposentadorias quase sempre irrisórias, o inativo é obrigado, sob pena de morte, a apelar para outras formas de sustento, revelando-se exemplar o aluguel de imóvel. Há casos até, em que o próprio aluguel nem o próprio imposto predial cobre.

É nessa constelação de fatores que se apresenta este projeto. Trata-se de impedir a absurda cobrança do imposto de renda, no caso de cidadãos que nem mesmo têm o mínimo necessário para viver, quanto mais para pagar imposto. Pois, não haja dúvida sobre nosso acerto.

Enfim, como não se está aqui para distribuir benesses para "marajás", limita-se o favor fiscal em apreço.

Ante isso, contamos com o indispensável endosso de nossos Pares neste Congresso Nacional, para a aprovação de nossa proposta.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1999.

OLIVEIRA FILHO Deputado Federal

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em/O 108199as 155%
Nome J. pedus
Ponto 3290